

O HOMEM É APENAS UM CORPO PENSAnte EM HOBBS

Elias Lino dos Santos*

Resumo: Na análise da política e mais especificamente de seu material, a saber, o homem, Thomas Hobbes (1588-1679) o coloca na parte da filosofia natural. Isto é, se se quer conhecer a natureza humana, deve-se partir da concepção de corpo natural em movimento que sente e tem a especificidade da linguagem e por consequência do pensamento. De modo que uma antropologia nominalista baseada na experiência gera uma ciência que confere dignidade ao ser humano e o eleva de simples corpo natural, sensível e o torna, em certo criador de si mesmo, a semelhança de Deus, de seu saber e de sua sociabilidade.

Palavras-chave: Natureza Humana; corpo; pensamento; movimento.

MAN IS JUST A THINKING BODY IN HOBBS

Abstract: In the analysis of politics and more specifically of his material, namely man, Thomas Hobbes places him in the part of natural philosophy. That is, if one wants to know human nature, one must start from the conception of the natural body in movement that feels and has the specificity of language and consequently of thought. So a nominalist anthropology based on experience generates a science that gives dignity to the human being and elevates it from a simple natural body, and makes it, in a certain creator of itself, the likeness of God, his knowledge and his sociability.

Keywords: Human Nature; body; thought; movement.

INTRODUÇÃO

Hobbes quando analisa a política e seu elemento principal, a saber, o homem tem uma preocupação metodológica. O caminho correto que descreva o que é o ser humano em sua particularidade (HOBBS, *Do Cidadão*, 1998, p. 5). Método, este, influenciado pelo conhecimento que o autor tinha dos avanços da geometria euclidiana na demonstração do saber e da física galilaica na investigação da realidade a partir da

* Estudante de mestrado do programa de ética e filosofia política da Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: linoelias@yahoo.com.br.

admissão do princípio básico, o corpo. Dessa forma, fica evidente que não se trata de uma filosofia ontológica que busca a essência incorpórea do ser enquanto ser. Para o autor, isso é um absurdo. O esforço a que ele se propõe é transpor o modo de fazer ciência moderna para o campo de análise política e antropológica. De modo que aqui se propõe a analisar por ora apenas a parte antropológica.

Assim é que na primeira parte do *Leviatã*, quando divide as áreas do conhecimento humano, Hobbes (HOBBS, *Leviatã*, 1988, p. 52) coloca o estudo do homem na filosofia natural, isto é, entre as análises dos corpos naturais. Isso implica que os homens estão tão sujeitos às leis da física, causa e efeito, quanto qualquer outro corpo embora tenha a especificidade da linguagem. E, por conseguinte o abandono de qualquer moral, no sentido estrito, de uma força interior e anterior à lei civil capaz de controlar os sentidos e obrigar à prática da ética das virtudes. Se se quer entender o humano, sua motivação e como transformá-lo deve-se partir do mais básico elemento, o corpo natural em movimento em um universo materialista que tem a especificidade do pensamento.

Dessa maneira o percurso que se fará na presente pesquisa será através do que se comumente aceita como a trilogia política de Hobbes, a saber, *Os elementos da lei natural e política*, *Do Cidadão* e o *Leviatã* a partir desses textos se pretende inferir uma definição de ser humano como um corpo que pensa. Para tanto é preciso tematizar o homem enquanto corpo no movimento natural e sua consequente sensibilidade e imagens mentais com a especificidade da linguagem que por ordem nos pensamentos que em última instância se originam na sensibilidade. Essa especificidade da linguagem conferem a dignidade humana de se emancipar da necessidade natural pois podem pensar e articular suas ações e acordos embora não seja uma consequência fácil dado que o corpo permanece sensível e a sensibilidade é inconstante. Então o desafio é aplicar a linguagem a sensibilidade e construir o consenso do ponto de vista epistemológico ou o acordo do ponto de vista antropológico. Isso é possível porque sensibilidade e razão tratam dos mesmos objetos.

1 Um corpo específico que se move na realidade materialista

Dada a concepção de natureza de Hobbes em que o real é movimento de corpos e que este não tem um fim teleológico. Isso implica que o movimento tanto é eterno quanto não tem um objetivo a realizar no sentido aristotélico inimigo eleito segundo Frateschi (FRATESCHI, *A física da política: Hobbes contra Aristóteles*, 2008, p. 21). E ainda, que o homem-corpo e suas partes constitutivas estão nesse movimento.

Quando um corpo está em movimento, move-se eternamente (a menos que algo o impeça), e seja o que for que o faça, não o pode extinguir totalmente num só instante, mas apenas com o tempo e gradualmente, como vemos que acontece com a água, pois, muito embora o vento deixe de soprar, as ondas continuam a rolar durante muito tempo ainda. O mesmo acontece naquele movimento que se observa nas partes internas do homem. (HOBBS, 1988, p. 10).

Assim, qualquer tentativa de definição humana não pode prescindir da lei de causa e efeito que rege a realidade impessoal. Dessa forma, o homem não é definido por uma realização que é ao mesmo natural, característica de ser sociável posta no homem pela natureza, e auto-imposta, uma razão que domina os sentidos para a prática das virtudes entendidas como bem universal.

É diametralmente oposta a pretensão hobbesiana quanto formula sua antropologia. Para ele o homem embora tenha características inatas, força física e razão⁶², estas não são suficientes para explicar o comportamento humano. Para tanto é preciso admitir além da definição materializada nas palavras animal e racional o movimento dos corpos. Assim, o homem hobbesiano é determinado pelo movimento dos corpos externos que provocam um movimento interno e que volta como externo. O que Limongi (LIMONGI, *O homem excêntrico: paixões e virtudes em Thomas Hobbes*, 2009, p. 46) denomina de homem excêntrico porque é definido em função dos corpos externos.

Resta examinar qual é o princípio e condições desse movimento. A esse problema o filósofo de Malmesbury responde com a teoria do esforço (*Conatus*). O princípio do movimento interno (HOBBS, *Os elementos da lei natural e política*,

⁶² A razão em Hobbes é computacional e instrumental. Serve ao cálculo de vantagens e desvantagens de se tomar uma decisão de agir ou se omitir. É instrumental porque é um meio para se chegar a um fim. Por isso, fica evidente que ela é uma faculdade, porém não é uma instância autônoma ou superior do ser humano. A questão da razão inata em Hobbes é controversa, pois ele tem passagens que ora como inata ora como adquirida. Voltaremos ao tema a diante no texto. No entanto, por enquanto, entenda-se por razão inata as capacidades sensíveis e perceptíveis que ela opera nos cálculos tanto cognitivos como afetivos.

2010, p. 10). Tal serve como um elemento básico da explicação do ser humano de forma generalizada, para que a razão não se perca em digressões.

[...] *conatus*. É no interior de uma teoria geral da propagação do movimento, posta no lugar de uma filosofia primeira, e não no de uma teoria da individualidade ou da essencialidade, que Hobbes o elabora. Não é a noção de um indivíduo ou essência singular o ponto de partida da teoria hobbesiana do *conatus*, mas a noção mesma de movimento, em sua generalidade, como causa universal de todas as determinações dos corpos, inclusive daquelas que os individualizam e das que lhe dotam de uma essência. (LIMONGI, 2009, p. 47.)

Assim, aqui se suporá que há uma definição de natureza humana e como tal uma essência. Embora não seja no sentido metafísico. Mas como conjunto das capacidades físicas e racionais do corpo determinadas pelo movimento. E como este é generalizado e eterno confere à definição de ser humano a qualidade de ciência, isto é, conhecimento irrefutável. E o início da própria definição e desse saber é a evidência do movimento. “As faculdades da natureza humana podem ser reduzidas a quatro espécies: força corporal, experiência, razão e paixão” (HOBBS, 1998, p. 25). A união dessas faculdades são o que aqui se define como a natureza humana.

Para Hobbes não há razão desinteressada, dado o fato de que todo movimento racional existe em função de um objetivo que quando alcançado torna-se um meio, instrumento, para o próximo desejo-objeto. Se se aplica essa mesma noção à filosofia hobbesiana fica evidente que seu pensamento tem um objetivo, qual seja corrigir as controvérsias a respeito da soberania e com isso garantir a paz. Nesse sentido, a física é um instrumento ou meio cujo objetivo é a explicação científica, na acepção moderna, da política. Assim, Hobbes influenciado por Galileu e em um contexto de ciência experimental, concebe a realidade como material-sensível cujo método de análise de tal realidade é o resolutivo-compositivo⁶³ que, se não foi criado por Galileu Galilei ao menos foi por ele utilizado e por essa via foi conhecido por Hobbes.

Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a *arte* mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens

⁶³Galileu Galilei exerceu tamanha influência na ciência moderna que seu nome funciona como adjetivo de tal período, isto é, quando se fala de concepção de realidade galilaica se está falando de ciência experimental do século XVII. E, de certa forma, ainda em voga contemporaneamente. Tal se caracteriza por uma mudança de postura perante a natureza, substituindo as noções aristotélicas teleológicas e metafísicas pelo método experimental e por uma linguagem matemática. Assim, a física é matematizada ao mesmo tempo em que a natureza é transformada em máquina composta de corpos em movimento. (BLACKBURN, *Dicionário Oxford de filosofia*, 1997, p. 67).

OCCURSUS

REVISTA DE FILOSOFIA

também nisso (...). Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os *autômatos* (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o *coração*, senão uma mola; e os *nervos*, senão outras tantas *cordas*; e as *juntas*, senão outras tantas *rodas*, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo *Artífice*? (HOBBS, 1988, p.5.)

Dessa forma, tudo o que existe são os corpos e seus respectivos movimentos. E o modo como o sujeito cognoscente tem acesso a tais é pela decomposição da realidade em seus elementos mais simples. Pela compreensão desses elementos individualmente e, finalmente pela composição dessas partes em um todo. De modo que o método galilaico aplicado à ciência política hobbesiana deve delimitar como elemento básico o homem-corpo e, ainda, suas partes constitutivas. O corpo que se pode decompor em corpos menores e, assim, analisar a geração do comportamento humano externo pelo movimento interno desses mesmos corpos que se determinam mutuamente⁶⁴. É dessa forma que, n' *Os Elementos*, Hobbes (2010, p. 7) diz que tudo o que há de real é o movimento. Os corpos externos, que se pode entender como os objetos da física em geral afetam o corpo humano e geram um movimento de ação e reação de corpos internos que, finalmente condicionam o comportamento da natureza humana.

A Filosofia Natural de Hobbes é guiada pela crença fundamental no *materialismo mecanicista*, que, como o nome sugere, afirma que o universo é como uma *máquina* (i.e. um mecanismo) e é composto somente por corpos *materiais*. (...) O universo é constituído somente por corpos que operam de acordo com estritas leis científicas de causa e efeito. (...) O objetivo da Filosofia Natural é entender as causas dos movimentos físicos reduzindo todos os eventos e coisas aos seus movimentos fundamentais. Se quisermos entender como um relógio funciona, por exemplo, nós devemos desmontá-lo e ver como as partes interagem. (FINN, *Compreender Hobbes*, 2010, p. 20.)

Nessa acepção de universo, o homem é um corpo natural tanto quanto qualquer outro, no limite como uma pedra. Embora seja, contra intuitivo tal proposição dado o fato de que o corpo humano é animado. Então, talvez seja mais seguro dizer, que o corpo-homem, em princípio, não difere do corpo-animal. Todos estão sujeitos às mesmas leis gerais da ciência. De forma que, se pode deduzir que a especificidade

⁶⁴Em última análise os órgãos internos dos sentidos que também são corpos ou partes de corpos não podem determinar os corpos externos, pois estes são independentes do ser humano. Contudo, a imagem concebida internamente para representar aqueles objetos sensíveis é uma criação humana, pelos menos no sentido de ser uma reação sensível ao corpo externo. E é essa imagem que gera o movimento do corpo antropológico como um todo, isto é, do ser humano.

humana não é ser corpo que se move, embora seja corpo e se mova tampouco é ser corpo animado, pois existem tantos outros animais detentores de movimento interno. Em suma, para o gêmeo do medo, a peculiaridade do homem é a linguagem⁶⁵ que proporciona ao corpo-animal-homem a capacidade de construir conhecimento certo e irrefutável, isto é, ciência.

A linguagem, o saber e a ciência consequentes do uso correto dos nomes não tem valor em si dado que em Hobbes quase nada o tem. Seu valor é instrumental em dois aspectos, se pode inferir; como conhecimento e posse da realidade física assim como se diz na *Genealogia da Moral* que nomear é possuir. (NIETZSCHE, *Genealogia da moral: uma polêmica*, 1998, p.19). E, também, como primeiro princípio de sociabilização humana. Pois, um dos usos dos nomes é demonstrar a vontade aos outros e o homem isolado não precisaria desse artifício. Então a linguagem antes mesmo do Estado Civil já sociabiliza. No entanto, é preciso deixar claro que o *antes* aqui não é uma situação histórica, é uma hipótese formal tanto quanto o contrato-Estado original. (RIBEIRO, *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*, 1984, p. 22). Isto é, a definição ou descrição da linguagem implica intrinsecamente a vida em grupo.

Assim, n' *Os Elementos*, Hobbes (2010, p. 18-19) descreve a linguagem:

[...] o homem [...] imaginou e planejou estabelecer uma marca visível, ou outra sensível, que, quando vista novamente, pudesse trazer à sua mente o pensamento que teve quando a estabeleceu. Uma *marca*, portanto, é um objeto sensível que um homem erige voluntariamente para si, a fim de recordar, por esse meio, de alguma coisa passada [...]. Entre essas marcas estão as vozes humanas (chamadas de nomes ou denominações das coisas). [...] Pela vantagem dos nomes é que somos capazes de ciência, e é pela falta deles que os animais não o são; como não o seria o homem sem o uso dos nomes.

⁶⁵A bem da verdade, entre os vários instrumentais da linguagem; nomear, falar, aprender, ensinar, repreender, demonstrar vontade, a ciência é mais um, embora pareça ser um dos mais importantes. Contudo, podemos inferir que o maior uso, no âmbito político-moral, é servir a instituição do contrato original que erige a sociedade civil. (HOBBS, 1988, p. 20). Nesse sentido, Hobbes parece ser fiel ao seu tempo e se insere na tradição filosófica contratualista. Um conjunto de teorias modernas filosófico-políticas que fundam e legitimam o exercício do poder a partir da vontade livre dos cidadãos. A partir desse período, a soberania precisa, como condição de possibilidade, do consentimento dos governados. Embora as concepções possam mudar conforme o autor, de modo geral, parte-se de uma situação conjecturada, denominada de estado de natureza, que por algumas razões precisa ser superada através de um acordo, o contrato. Dessa forma, estado de natureza e Estado Civil são antagônicos. E este último é sempre desejável como condição de possibilidade da vida humana. (BOBBIO, *Thomas Hobbes*, 1991, p. 1-3).

De tal definição se pode deduzir que é em função do uso instrumental dos nomes como meio para a ciência que o corpo-homem se distingue do corpo-animal e dos corpos de modo geral. No entanto, a especificidade é apenas enquanto corpo-homem-racional. Pois, movimento todos os corpos possuem até mesmo uma pedra. Movimento vital, que é independente da vontade, os animais têm. Movimento voluntário, causado por entendimento⁶⁶, os animais também são capazes. Entretanto, os únicos aptos ao pensamento racional são os homens. Um tipo de entendimento superior que quando se inicia nos efeitos pode descobrir as causas e quando parte das causas pode inferir os efeitos. Isto é, ciência, ou conhecimento da causa e do efeito das coisas que permite não apenas saber, pois isso isoladamente seria inútil, mas, também, fazer-criar quando preciso ou desejado.

Então o lugar do homem, corpo específico, no movimento desse universo materialista hobbesiano é na epistemologia nominalista. Esta confere a condição e dignidade humana para a vida em conjunto. Contudo, entre a estrutura mesma do real e a ciência nominalista que é arbitrariamente imposta aos objetos pode haver um fosso intransponível. Porém, entre algum conhecimento, mesmo que talvez possa ser duvidoso porque são apenas nomes postos artificialmente na natureza pelo homem, e nenhum é preferível conhecer. Dado o fato de que “o homem escolhe por natureza o mal menor” (HOBBS, 1988, p. 84) talvez também no âmbito epistemológico.

2 O corpo que produz conhecimento a partir dos sentidos e dos nomes

São às sensações tendo como pressuposto a evidência do movimento que se deve voltar as atenções se se quer compreender o que é o conhecimento. “As coisas que realmente estão no mundo exterior são aqueles movimentos que causam essas visões” (HOBBS, 2010, p. 9). Se corpo algum pode mover a si e as imagens são reações, e movimentos internos, aos corpos externos, mesmo que não se tenha a certeza da constituição dos objetos da realidade, o movimento está salvaguardado dessa dúvida por que:

⁶⁶Hobbes concede a capacidade de entendimento também aos animais. Pare ele entender é formar uma imagem mental a partir de uma palavra. Ele exemplifica com o condicionamento de um cão que ao ouvir determinada palavra concebe uma imagem e reproduz um movimento. (HOBBS, 1988, p. 15).

OCCURSUS

REVISTA DE FILOSOFIA

[...] embora, a uma certa distância, o próprio objeto real pareça confundido com a aparência que produz em nós, mesmo assim o objeto é uma coisa, e a imagem ou ilusão uma outra. De tal modo que em todos os casos a sensação nada mais é do que a ilusão originária, causada (como se disse) pela pressão, isto é, pelo movimento das coisas exteriores nos nossos olhos, ouvidos e outros órgãos a isso determinados. (HOBBS, 1988, p. 10.)

Dessa forma, o movimento não apenas está a salvo como se constitui como princípio da capacidade cognoscente do corpo-homem, segundo Frateschi (2008, p. 66). “A teoria da sensação é estabelecida mediante a utilização do paradigma mecanicista – [...] toda mudança se reduz finalmente a movimentos locais e nada pode mover-se senão pela ação mecânica de outra coisa – para explicar a origem das imagens sensíveis na mente humana”. Disso, se pode inferir que ao mesmo tempo em que não se tem certeza da correspondência entre imagem mental e objeto, contudo, o conhecimento está radicado na experiência sensível.

O homem enquanto corpo tem como capacidade inata o movimento e a sensibilidade sendo que o movimento condiciona a sensibilidade segundo Limongi, pois ela diz que: “[...] o movimento de um corpo, é um movimento de percepção, que permanece primeiro segundo a ordem das razões em relação à essência à qual lhe fazemos corresponder”. (LIMONGI, 2009, p. 46). Então para entender a antropologia hobbesiana deve-se partir não do corpo racional e sim do sensível.

Assim, o percurso do conhecimento se inicia pela sensação. No *Do Cidadão*, Hobbes apenas indica dada a eminência do livro ser política, mas é propriamente n’*Os Elementos* e no *Leviatã* que se pode observar a teoria sensual hobbesiana. N’*Os Elementos*, ele ratifica o preceito antigo do *conhece-se te a ti mesmo*: “(...) sem a intenção de dar por certo nenhum princípio, mas apenas de firmar na mente dos homens aquilo que eles já conhecem ou podem conhecer por sua própria experiência”. (HOBBS, 2010, p. 3). E no *Leviatã* confirma e acrescenta que as qualidades ou aparências do objeto:

O qual objeto atua nos olhos, nos ouvidos, e em outras partes do corpo do homem, e pela forma diversa como atua produz aparências diversas. A origem de todas elas e aquilo que denominamos sensação (pois não há nenhuma concepção no espírito do homem, que primeiro não tenha sido originada, total ou parcialmente, nos órgãos dos sentidos). O resto deriva daquela origem. (HOBBS, 1988, p. 9.)

Com isso, não apenas se radica o saber na experiência, sensação, como torna o processo epistemológico em um produto humano. O corpo-homem com um bom método poderia analisar as próprias afecções sensíveis, dado o fato de que ele é o criador de suas próprias concepções e generalizá-las em conhecimento evidente. No entanto, para isso, tem que se ter em vista a igualdade das faculdades naturais humanas, intelectuais e corporais. Pois, no limite, caso fossem desiguais, seus respectivos conhecimentos a respeito do mundo também seriam diferentes, mas todos teriam o direito de reivindicar o *status* de conhecimento verdadeiro. Isto geraria uma condição de relativização epistemológica, na qual, todos estariam corretos em seus saberes distintos a respeito dos mesmos objetos e, portanto, muitas controvérsias. E é exatamente isso que Hobbes quer evitar.

Por isso, parece prudente não perder isso de vista e assumir o movimento, mais do que a antropologia, como o princípio do conhecimento, regido por leis universais de causa e efeito que independem dos homens e, ainda, pela lei da inércia. (FRATESCHI, 2008, p. 65). Um corpo em movimento tende a ficar em movimento. A própria vida é um movimento (HOBBS, 2010, p. 46-47) cuja opção de não sentir não é dada ao homem. Ao corpo-homem cabe conceber imagens a partir de determinadas condições de igualdade, a saber, ser corpo sensível em movimento sendo afetado por outros corpos e ser corpo-animal igual aos outros corpos-animais. Isso talvez garanta a universalidade das sensações, e conseqüentemente a possibilidade de conhecimento a partir da identificação ou consenso das imagens mentais intersubjetivas, pretendida por Hobbes e, assim, se equilibre epistemologia e antropologia.

Contudo permanece a dificuldade de conciliar empirismo e racionalismo na teoria do conhecimento hobbesiana ao que Agoulvent sugere como solução a aceitação de Hobbes como um cientista que emprega o método hipotético-dedutivo. (ANGOULVENT, *Hobbes e a moral política*, 1996, p. 26). Isto é, utiliza “O procedimento pelo qual uma hipótese está sujeita a testes empíricos”. (BUNGE, *Dicionário de filosofia*, 2002, p. 174). Ou seja, enquanto que racionalmente o homem pode formular hipóteses sobre a realidade, estas têm que confirmar os fatos para serem consideradas verdadeiras. Entretanto, para os objetivos do presente texto, será suficiente ter em vista, por um lado, que o corpo-animal está sujeito a afecções que independem

dele e, portanto, ele não pode se autodeterminar e, por outro, que ele, em parte, se autodetermina na medida em que formula conhecimento do mundo e de si.

O homem enquanto corpo-animal tem a capacidade de, a partir das sensações, formular a imaginação, acumular memória, tornar-se experiente, e adquirir prudência. Tanto n’*Os Elementos* quanto no *Leviatã* a descrição segue a mesma lógica. A imaginação ou aparência ou fantasia é a sensação diminuída porque os objetos não estão mais presentes aos sentidos (HOBBS, 1988, p. 11). A memória é a imaginação, no entanto, com a denotação de ser antiga e passada (HOBBS, 1988, p. 12). A experiência é recordação dos fenômenos tendo em vista o que se antecede e se sucede (HOBBS, 2010, p. 16). E a prudência é conjecturar a partir da experiência a respeito do passado ou futuro (HOBBS, 2010, p. 17). Dessa forma, se constitui a genealogia do máximo de conhecimento que é possível ao homem enquanto corpo animado.

O que se segue então é que o conhecimento do mundo natural não pode derivar da operação da razão superior isolada do mundo sensível tanto na vertente clássica, isto é, metafísica, ou moderna, ou seja, racionalista. No caso da metafísica, se pode conhecer os objetos naturais mediante a introdução da intencionalidade, de forma que se pode conjecturar o comportamento futuro em função do movimento em direção ao fim, qual seja, atualizar a potência em ato⁶⁷. No caso do racionalista há a crença de que o ato de pensar por si garante a posse de conhecimento bastando que se tome “(...) como regra geral que as coisas que concebemos de maneira muito clara e distinta são todas verdadeiras”. (DESCARTES, *Discurso do método*, 2005, p. 71).

Para Hobbes isso apenas estorva o verdadeiro conhecimento da filosofia natural embora, a bem da verdade, ele seja considerado um racionalista. Porém, podemos inferir que é um racionalista *sui generis* que conjuga razão e experiência sendo a sensação a raiz de todo o saber que ele diz ser original n’*Os Elementos*, “há dois tipos de conhecimento: um nada mais é do que sensação, ou conhecimento original [...] e a recordação disso; o outro é chamado de ciência, ou conhecimento da verdade das proposições [...]. Ambos os tipos são apenas experiência”. (HOBBS, 2010, p. 24). No *Leviatã* ele acrescenta que o conhecimento dos fatos é absoluto e que a ciência é

⁶⁷Teoria aristotélica de ato é potência pela qual se insere uma intencionalidade no movimento natural. Sendo possível, portanto, conjecturar a respeito dos fatos futuros.

condicional (HOBBS, 1988, p. 51) ⁶⁸. Assim, a própria operação mental de pensar entendida como ciência nominalista, sendo coerente com uma visão mecanicista, é uma experiência causada no cérebro pela manifestação dos nomes que origina imagens que se implicam em cadeias maiores ou menores até chegar à uma conclusão.

Com isso o pensador inglês introduz a teoria nominalista de ciência, o salto necessário para assegurar ao homem a capacidade de construir conhecimento certo e indubitável o que faltava à teoria sensualista. O que torna a ele, de certa forma um racionalista. E, igualmente, ascende o homem da condição de animal evidenciando sua especificidade, qual seja a linguagem e, a conseqüente racionalidade, se bem usada. Dessa forma, a epistemologia hobbesiana congrega racionalismo e empirismo no mesmo sistema. A razão humana completa o percurso a partir do ponto do qual a sensação não pode mais avançar. Porém, o princípio de todo conhecimento permanece sendo a experiência. E se pode deduzir que, para Hobbes, os princípios são sempre mais importantes, pois a partir deles se pode compreender o todo.

Segundo Limongi, esse racionalismo empirista, se se pode assim falar, dá a Hobbes uma das originalidades de sua filosofia, pois:

A razão é, para Hobbes – assim como para Descartes e os outros racionalistas do século XVII [...] – uma ordem demonstrativa. Duas idéias, no entanto, singularizam o racionalismo hobbesiano. A idéia de que o princípio do conhecimento não é a própria razão, mas a imaginação e, no limite, os sentidos; e a idéia de que a razão é um artifício, ou seja, uma instituição humana, refletindo, desse modo, não o ordenamento das coisas mesmas, mas o ordenamento que os homens dão às coisas segundo suas necessidades. (LIMONGI, 2002, p. 16-17).

E verdade, porém, que o problema da correspondência persiste. E Hobbes parece não dedicar a devida preocupação a esse fato, talvez em função de seu objetivo maior. Isto é, o uso instrumental da razão para o bem da humanidade e não a busca especulativa da verdade essencial. Dessa forma, a razão moderna se distingue da clássica e da escolástica. Antes era faculdade inata que o homem em maior ou menor grau poderia desenvolver. Na modernidade, e especificamente em Hobbes, é faculdade

⁶⁸É importante definir aqui o que se entende pelas palavras absoluto e condicional. O conhecimento da experiência é absoluto porque é ou presente ou passado e assim se pode dizer o que é ou foi o fenômeno. Já a ciência é condicional porque conjectura a respeito do futuro a partir do correto uso dos nomes. Isto é, se no presente se tem determinadas condições se pode deduzir o comportamento futuro do objeto ou fenômeno a partir do cálculo em proposições dos nomes atribuídos a tais objetos ou fenômenos.

também, mas criada artificialmente. Portanto, não é inata⁶⁹. E o seu único objetivo é servir como meio para o bem viver humano. Nessa acepção, pode-se deduzir que a razão é, em última instância, serva da sensação ou pelo menos estão em igualdade, e não o contrário como outrora e o corpo-homem, tanto quanto racional, é sensível.

Assim como a razão é subserviente à sensação (MATOS, *Uma descrição do humano no leviathan, de Thomas Hobbes*, 2002, p. 58-59) dado que é instrumento computacional da experiência, ela também deve sua existência à invenção dos nomes. De forma que Hobbes afirma no *Leviatã*:

Por aqui se vê que a razão não nasce conosco como a sensação e a memória, nem é adquirida apenas pela experiência, como a prudência, mas obtida com esforço, primeiro através de uma adequada imposição de nomes, e em segundo lugar através de um método bom e ordenado de passar dos elementos, que são nomes, a asserções feitas por conexão de um deles com o outro, e daí para os silogismos, que são as conexões de uma asserção com outra, até chegarmos a um conhecimento de todas as conseqüências de nomes referentes ao assunto em questão, e é a isto que os homens chamam *ciência*. (HOBBS, 1988, p. 30.)

Já n' *Os Elementos* ele escreve que tudo o que existe são nomes (HOBBS, 2010, p. 20) indicando que os objetos da filosofia natural devem ser os corpos aos quais se atribui nomes e, ainda, se opondo a teoria nominalista universal que apenas multiplica a realidade e com isso dificulta o caminho do saber ao pretender que exista algo além dos objetos singulares nomeados. Os nomes são, assim, a forma humana, superior quando usados pela ciência moderna, de tratar, conceber e até recriar os objetos da realidade.

Nessa concepção de capacidade cognitiva racional que tem como pressuposto o universo materialista, e a sensação, e como condição de possibilidade a invenção artificial e arbitrária dos nomes a racionalidade transfigura-se em operação computacional, isto é, matemática aritmética⁷⁰, soma ou subtração na cadeia de concatenações de nomes, “[...] registrar as conseqüências de nossos pensamentos”.

⁶⁹Aqui se falou que a razão é inata. Agora é preciso explicar que tipo de razão é esta. A razão a qual o homem já nasce com ela é a que se pode denominar, temerariamente de razão memorial, isto é, a capacidade de pensar por imagens de fenômenos passados e assim não apenas saber do passado e presente, mas também conjecturar o futuro através da observação dos sinais da natureza. Esta capacidade é inata porque oriunda das sensações e percepções.

⁷⁰Uma crença surgida no âmbito da ciência moderna de que a natureza é um livro a ser lido desde que se saiba a linguagem que, obviamente, é a matemática. Hobbes adapta tal crença para a sua ciência nominalista. No caso, influenciado diretamente pelas demonstrações geométricas de Euclides.

(HOBBS, 1988, p. 21). Dessa forma, no limite, os únicos objetos da razão são os nomes e estes são marcas ou sinais⁷¹ de sensações causadas por objetos externos, os quais não se tem certeza da correspondência, com exceção do próprio movimento. Isto é, a razão matemático-geométrica não descobre a verdade, então deve partir de um princípio evidente e este é o nome.

Do mesmo modo que os nomes, ou mais propriamente a ciência nominalista, socorrem as sensações quando estas já não podem avançar talvez o contrário também seja verdadeiro. Se é verdade que o preceito do *conhece-te a ti mesmo* pressupõe a condição de igualdade humana tanto sensível quanto intelectual e a isso se acresce a existência do movimento de corpos. O homem ao examinar suas experiências individuais pode fazer descobertas verdadeiras gerais, ou seja, descobrir as causas dos efeitos ou os efeitos das causas (HOBBS, 2010, p. 3). Dessa forma, a experiência retribui a ajuda à teoria nominalista. E a razão matematizada cumpre seu papel como método de organização do pensamento e de demonstração das descobertas verdadeiras porque indexadas à sensação.

Nesse aspecto Hobbes aquiesce ao seu tempo e sua influência euclidiana se faz presente ao tomar o método geométrico como modelo para sua ciência nominalista. Tal consiste em assumir um princípio, defini-lo e tornar clara a definição. Depois juntar dois nomes em uma proposição cuja veracidade ou falsidade dependerá apenas da ordenação interna desses nomes. E prosseguir ao máximo de consequências possíveis na cadeia de pensamento até às conclusões que possam ser generalizadas. (HOBBS, 1988, p. 29). O pensamento torna-se uma equação feita com nomes na qual a verdade reside na igualdade dos dois termos ou na maior extensão do predicado, o segundo termo da equação.

O problema persistente é que esse tipo de pensamento geometrizado não faz descobertas, apenas demonstra o que o sujeito cognoscente pôs no real, isto é, “a geometria é demonstrável porque ‘nós mesmos criamos as figuras’, ao passo que a física não é demonstrável, ‘já que as causas das coisas naturais não estão em nosso poder, mas na vontade divina’”. (BOBBIO, 1991, p. 31.) Isso ao mesmo tempo em que

⁷¹Ribeiro afirma que os nomes quando considerados como marcas são certos dado que são notas subjetivas de lembranças e os homens não iriam deliberadamente enganar a si mesmos. E quando são sinais podem ser enganosos, pois servem para significar aos outros. (RIBEIRO, 1978, p. 21-27).

revela a limitação do conhecimento humano, também torna evidente o caráter antropológico do período. Isto é, daquilo de se pode conhecer o homem é artífice e aquilo que não se pode saber seria uma inútil perda de tempo se preocupar com elas, logo uma atividade contra a razão.

Talvez por isso ele insista na teoria nominalista como única forma superior de conhecimento humano⁷². De forma que, se o conhecimento dos princípios da Física apenas pode ser conhecido por Deus, pois ele os fez. O homem à semelhança de Deus, ou antes, à semelhança do geômetra que é semelhante a Deus, pode conhecer necessariamente desde que seja o próprio construtor de tal saber. E todo esse empreendimento começa pelo elemento mais básico, qual seja, “o uso adequado das palavras”. (ANGOULVENT, 1996, p. 26). Isto é, a atribuição de um nome, consistentemente definido, ao objeto de estudo de modo que se torne um princípio, a saber, na terminologia hobbesiana, uma evidência irrefutável.

É nesse sentido que filósofo de Malmesbury afirma que verdade e falsidade são atributos da linguagem tanto n’*Os Elementos* (HOBBS, 2010, p. 21-22) quanto no *Leviatã* (HOBBS, 1988, p. 23) indicando com isso que quando se trata estritamente de um conhecimento de ordem nominal, que para ele é ciência, basta ordenar bem os nomes em proposições de forma que o predicado compreenda o sujeito por ser igual ou maior. Isto é, que a definição descreva completamente o definido. Contudo, apenas essa aceção parece não garantir a necessidade da semelhança ou identidade entre o nome e a imagem mental intersubjetiva e entre a imagem mental e o real. E tal é exigido, pois o rigor do pensamento hobbesiano é proveniente de sua necessidade científica e, ainda, disso depende a possibilidade de sua utilidade.

Então segundo Finn (2010, p. 61-64) Hobbes resolve esse problema com a aceitação das teorias de verdade como convenção e pragmática. A verdade resultante da linguagem é um acordo previamente firmado a respeito da definição das palavras nas proposições. Isso resolve o problema entre palavras e imagens mentais intersubjetivas. Porém, ainda persiste o problema da correspondência entre o nome e o mundo natural. Esse é mais problemático em função de que a realidade mesma é irredutível aos nomes

⁷²As outras formas de atividade mental e, portanto, de conhecimento são a sensação, a imaginação, o entendimento, a memória e a experiência ou prudência. Mas, todas essas o homem compartilha com os animais.

(HOBBS, 1988, p. 10) ⁷³. Então resta a teoria de verdade pragmática, a verdade é verdade porque é útil. A mesma coisa que o secretário de Bacon diz da razão, a racionalidade apenas tem sentido se for utilitária. Assim, convenção e praticidade, concomitantemente, parecem ser condições *a priori* e fim da epistemologia hobbesiana.

Conclusão

Para explicar a antropologia hobbesiana é necessário o percurso que se inicia na estrutura da realidade materialista na qual tudo o que existe são os corpos em movimento e portanto, são essas noções básicas que explicam tudo. Desse modo se assumiu aqui que o homem é um corpo natural em movimento no universo material que tem como especificidade a linguagem. Pela sensibilidade os homens são afetados e formam imagens mentais, isto é, pensamentos, e pela linguagem põem ordem em tais pensamentos e criam ciência. De modo geral é a linguagem que confere dignidade à vida humana porque distingue o corpo-homem. E dessa relação entre mundo natural e o homem enquanto corpo sensível e ciência nominalista que a antropologia hobbesiana emerge, o homem que conjuga em si a sensibilidade corpórea e a racionalidade em uma relação de igualdade. O que se pode dizer talvez que seja uma definição do homem moderno em geral e não apenas em Hobbes.

No que se refere à antropologia, o corpo-homem não apenas é capaz de conhecimento, mas o é na medida em que ele mesmo o formula. De modo tão peculiar que configura sua especificidade, a saber, conformando experiência e racionalidade nominalista. Isto é, unificando suas capacidades naturais sensíveis com as artificiais, os nomes e suas conexões. Desse modo o homem pode acender de sua situação de animal e construir sua condição de saber, importante como meio, e poder, importante como fim, ou seja, criar imitando a Deus os objetos necessários para a vida confortável em sociedade. De modo geral, o homem hobbesiano tem sensibilidade, pensa e é criativo. Contudo, age sempre em conta do que entender ser o seu bem e não necessariamente o bem coletivo. Porém, por ser tão racional quanto sensível pode

⁷³ A citação direta a que se refere é: “[...] o objeto é uma coisa, e a imagem ou ilusão outra” (HOBBS, 1988, p. 10). A rigor, Hobbes não escreve a palavra nome, ele usa as palavras imagem e ilusão. Mas é exatamente a esses conteúdos mentais que imputamos nomes. Assim, se pode deduzir que os objetos são irredutíveis aos nomes.

superar as dificuldades de consenso e acordar a respeito do é melhor para todos ou pelos menos para maioria.

Referências Bibliográficas:

ANGOULVENT, Anne-Laure. **Hobbes e a moral política**. Tradução de Alice Maria Cantuso. Campinas, SP: Papirus, 1996.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2 ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2009.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Edson Bini. 2 ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução de Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOBBIO, Norberto. **Thomas Hobbes**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

BUNGE, Mario. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectivas, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2005.

FINN, Stephen J. **Compreender Hobbes**. Tradução de Caesar Souza. Petrópoles, Rj: 2010.

FRATESCHI, Yara Adário. **A física da política: Hobbes contra Aristóteles**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

HOBBS, Thomas. **Diálogo entre um filósofo e um jurista**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2001.

_____. **Do Cidadão**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 4 ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

_____. **Os elementos da lei natural e política**. Tradução de Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LIMONGI, Maria Isabel. **Hobbes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **O homem excêntrico**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

OCCURSUS
REVISTA DE FILOSOFIA

MATOS, Ismar Dias de. **Uma descrição do humano no Leviathan de Thomas Hobbes**. São Paulo: Annablume, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POPPER, Karl Raymund. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Beth. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **A marca do Leviatã**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.